

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.408 - GO (2019/0290166-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : PEDRO HENRIQUE SILVA AGUIAR (PRESO)
ADVOGADOS : CARLOS AUGUSTO RODRIGUES XAVIER - GO024092
ABEL GOMES CUNHA - DF041016
LEILSON COSTA DA ROCHA E OUTRO(S) - DF058634
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por PEDRO HENRIQUE SILVA AGUIAR, em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS assim ementado (fls. 24-25):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. NEGATIVA DE AUTORIA. NÃO CONHECIMENTO. 1) A alegação de negativa de autoria deve ser apreciada em processo de conhecimento e não no rito célere do writ, ante a necessidade de exame de mérito e aprofundada valoração da prova.

DECISÃO DESFUNDAMENTADA. MANUTENÇÃO. 2) Não há ilegalidade a ser reparada pela via do remédio heroico quando as circunstâncias fáticas recomendarem a manutenção da custódia cautelar do paciente, fundada em suas reiteraões delitivas, sendo insuficientes à reprovação e prevenção do crime, a fixação de medidas cautelares diversas da prisão. BONS PREDICADOS PESSOAIS. IRRELEVÂNCIA. 3) Os bons predicados pessoais, de per si, não elidem a cautela. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSE ASPECTO, DENEGADA.

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante no dia 4/7/2019, pela prática do delito do art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006, cuja custódia foi convertida em preventiva em 9/7/2019.

Impetrado *mandamus* na origem, o Tribunal local denegou a ordem.

Daí o presente recurso, em que o recorrente sustenta, em síntese, ausência dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Salienta que a pequena quantidade de drogas apreendidas demonstra que o recorrente é apenas usuário e não traficante.

Entende ser cabível, na espécie, a substituição da prisão por medidas cautelares diversas.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para revogar-se a custódia preventiva do recorrente, mediante a imposição de outras medidas cautelares.

É o relatório.

DECIDO.

Superior Tribunal de Justiça

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se evidente constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto de prisão preventiva está assim fundamentado (fls. 29-30):

Inicialmente, verifico que há provas da materialidade e indícios de autoria, conforme os depoimentos constante dos autos, o laudo de constatação preliminar de fls. 30/31 e o termo de exibição e apreensão de fls. 32/34, logo, presente o *fumus comissi delicti*.

Averiguando os pressupostos da segregação cautelar, tenho que sua decretação faz-se necessária como garantia da ordem pública e para evitar a reiteração delitiva.

A natureza do crime de tráfico de drogas, bem como a gravidade in concreto do delito supostamente praticado evidenciam a necessidade da custódia preventiva, porque os réus foram flagrados traficando porções de maconha e corrompendo menores a praticar o mesmo delito.

Além disso, a polícia só chegou ao local porque receberam informações de que o autuado Rayner lá estava, vez que o referido flagrado havia sendo investigado pelo crime de tentativa de homicídio, sendo que foi expedido mandado de prisão contra o mesmo e, por coincidência, encontraram/autuado e os demais em flagrante pelos crimes de tráfico de drogas e corrupção de menores.

Além disso, autuado Rayner é reincidente e possui diversas anotações pelos delitos de homicídio, porte ilegal de arma e roubo, conforme fls. 78/89.

O autuado Pedro, a seu turno, ostenta condenações pelos crimes de furto qualificado, por duas vezes, perante o Distrito Federal, de acordo com as fls. 69/74.

Por outro lado, apesar do autuado Isaac Rosa ser primário e portador de bons antecedentes (fls. 75/77), tenho que a gravidade do delito permite ser-lhe decretada a medida cautelar.

Sendo assim, tenho que presente o *periculum libertatis*.

EX POSITIS. HOMOLOGO a prisão em flagrante dos autuados ISAAC ROSA CAVALCANTE, RAINER VÍTOR ALVES GOMES e PEDRO HENRIQUE SILVA AGUIAR, e. com fundamento no art. 312. c/c 313, I e II, do CPP, CONVERTO-AS em prisão preventiva.

Expeça-se mandados de prisão, observando-se a validade de 20 anos, conforme art. 109, í, do CP. (09/07/2039);

Como se vê, a decisão apresenta fundamentação que, neste juízo inicial, deve ser entendida como válida para a prisão preventiva, evidenciada nas circunstâncias do delito, tendo em vista que *os réus foram flagrados traficando porções de maconha e corrompendo menores a praticar o mesmo*

Superior Tribunal de Justiça

delito e que o autuado Pedro, a seu turno, ostenta condenações pelos crimes de furto qualificado, por duas vezes, perante o Distrito Federal, de acordo com as fls. 69/74.

Esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública, principalmente, quando em gozo de liberdade provisória anteriormente deferida, volta o agente à prática criminosa. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o deferimento da liminar, sendo necessária a apreciação aprofundada do recurso em *habeas corpus* por ocasião do exame de mérito, pela Turma, então garantindo a eficácia plena das decisões pelo Colegiado.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator